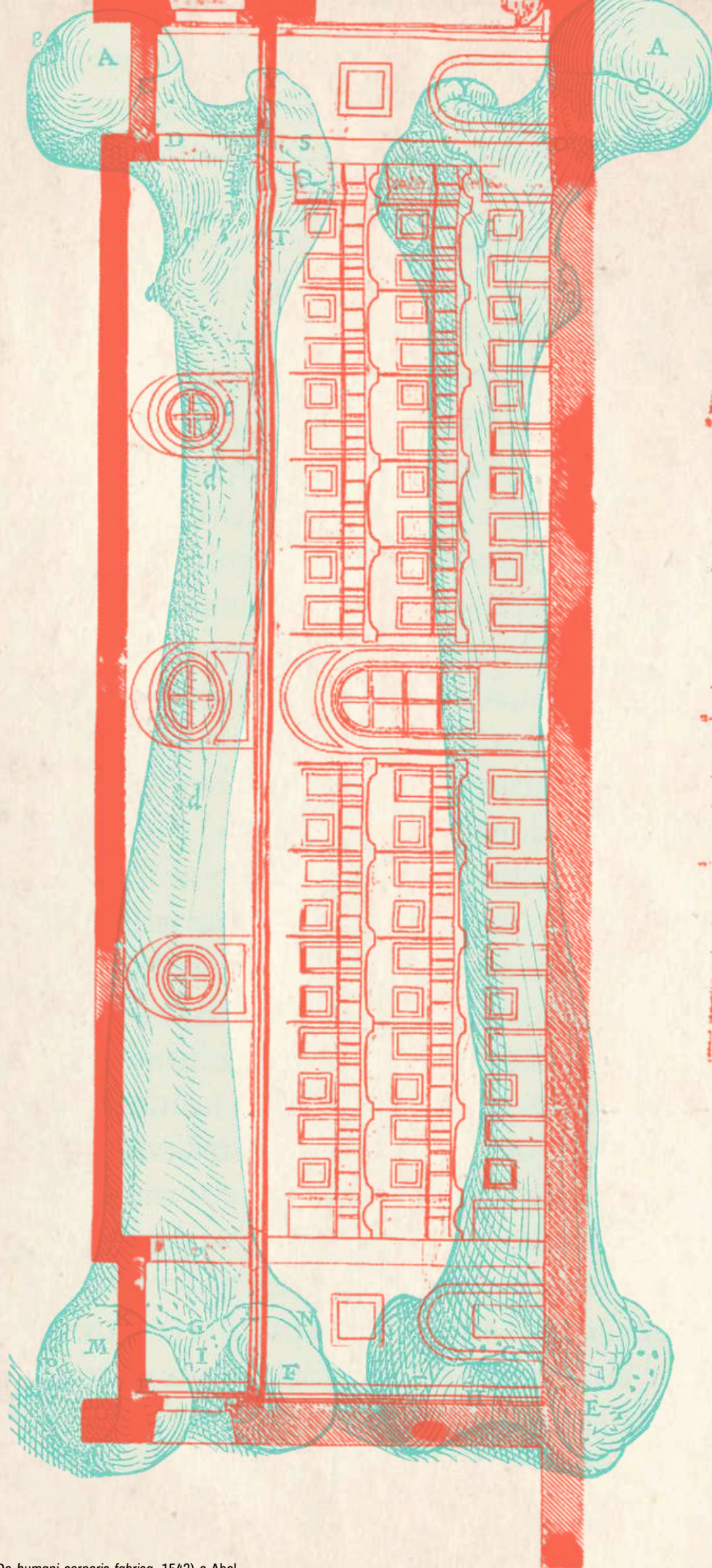


MAISON DE CORRECTION DE ROME



DOSSIÊ ESPECIAL

PODE FOUCAULT NOS ENSINAR ALGO SOBRE O TRABALHO? ARQUEOLOGIA E GENEALOGIA DO TRABALHO DA IDADE CLÁSSICA AO NEOLIBERALISMO

CAN FOUCAULT TEACH US ANYTHING ABOUT WORK? THE ARCHAEOLOGY AND GENEALOGY OF WORK FROM THE CLASSICAL AGE TO NEOLIBERALISM

¿PUEDE FOUCAULT ENSEÑARNOS ALGO SOBRE EL TRABAJO? ARQUEOLOGÍA Y GENEALOGÍA DEL TRABAJO DESDE LA EDAD CLÁSICA HASTA EL NEOLIBERALISMO

Émerson dos Santos Pirola  

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Viamão, RS, Brasil

Submetido em: 30/05/2026

Aceito em: 13/07/2026

Publicado em: 07/08/2026

Como citar: PIROLA, Émerson dos Santos. Pode Foucault nos ensinar algo sobre o trabalho? arqueologia e genealogia do trabalho da Idade Clássica ao neoliberalismo. *(Des)troços: revista de pensamento radical*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. e66447, jul./dez. 2026.

DOI: [10.53981/destrocos.v7i2.66447](https://doi.org/10.53981/destrocos.v7i2.66447)



Licenciado sob a [CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Emerson dos Santos Pirola é doutor em Filosofia pela PUCRS. Professor de Filosofia na Rede Municipal de Porto Alegre e Professor Visitante no IFRS (Campus Viamão).

Contribuição (CRediT)

E.SPA.: Conceituação; Investigação; Escrita (original).

Resumo

O presente artigo investiga a existência de uma teoria do trabalho na obra de Foucault, fazendo recurso aos diferentes momentos de sua obra em que a questão do trabalho é discutida, passando tanto por sua fase arqueológica quanto pela genealogia, sem deixar de lado a questão da subjetivação. É demonstrado o papel que o trabalho tem, na Idade Clássica, como o negativo da civilização em *História da Loucura*, para então demonstrar a transição epistêmica que faz com que o trabalho surja como categoria propriamente econômica na modernidade (com Smith e Ricardo), em que ele se torna um transcendental objetivo. Depois, articula-se o trabalho como objeto de saber com a genealogia do trabalho enquanto trabalho, processo envolto em dinâmicas de poder disciplinares, desembocando na biopolítica das populações produtivas. Por fim, adentramos a mutação neoliberal do trabalho, que o decompõem, à imagem do capital, em capital humano e renda, resultando na figura subjetiva do empresário de si mesmo. Conclui-se que a crítica da tese do trabalho como universal antropológico (identificada por Foucault a um genérico ar dos tempos marxista e neo-hegeliano), em prol de uma investigação arqueo-genealógica situada dos modos de objetivação e subjetivação do trabalho, constitui objeto maior da preocupação foucaultiana com o tema.

Palavras-chave

Foucault; trabalho; genealogia; arqueologia; disciplina.

Abstract

This paper investigates the existence of a theory of labor in the work of Michel Foucault by drawing on the different moments in his oeuvre in which the question of labor is discussed, encompassing both his archaeological phase and his genealogical analyses, while also addressing the issue of subjectivation. It demonstrates the role labor plays in the Classical Age, as the negative counterpart of civilization in *Madness and Civilization*, before examining the epistemic transition through which labor emerges as a proper economic category in modernity (with Adam Smith and David Ricardo), becoming an objective transcendental. The article then articulates labor as an object of knowledge with the genealogy of labor qua labor, understood as a process embedded in disciplinary power dynamics, culminating in the biopolitics of productive populations. Finally, it explores the neoliberal mutation of labor, which decomposes it, in the image of capital, into human capital and income, resulting in the subjective figure of the entrepreneur of the self. The article concludes that the critique of the thesis of labor as an anthropological universal (identified by Foucault with a generic Marxist and neo-Hegelian "spirit of the times"), in favor of a situated archaeo-genealogical investigation of the modes of objectification and subjectivation of labor, constitutes the central object of Foucault's concern with the theme.

Keywords

Foucault; labour; genealogy; archaeology; discipline.

Resumen

El presente artículo investiga la existencia de una teoría del trabajo en la obra de Michel Foucault, recurriendo a los distintos momentos de su obra en los que la cuestión del trabajo es discutida, atravesando tanto su fase arqueológica como la genealogía, sin dejar de lado la cuestión de la subjetivación. Se demuestra el papel que el trabajo desempeña en la Edad Clásica como el negativo de la civilización en *Historia de la locura en la época clásica*, para luego mostrar la transición epistémica que hace que el trabajo surja como una categoría propriamente económica en la modernidad (con Adam Smith y David Ricardo), en la que se convierte en un transcendental objetivo. Posteriormente, se articula el trabajo como objeto de saber con la genealogía del trabajo en tanto trabajo, proceso envuelto en dinámicas disciplinarias de poder, desembocando en la biopolítica de las poblaciones productivas. Finalmente, nos adentramos en la mutación neoliberal del trabajo, que lo descompone, a imagen del capital, en capital humano y renta, dando lugar a la figura subjetiva del empresario de sí mismo. Se concluye que la crítica de la tesis del trabajo como universal antropológico (identificada por Foucault con un genérico espíritu de época marxista y neohegeliano), en favor de una investigación arqueo-genealógica situada de los modos de objetivación y subjetivación del trabajo, constituye el principal objeto de la preocupación foucaultiana sobre el tema.

Palabras clave

Foucault; trabajo; genealogía; arqueología; disciplina.

Introdução

Dos inúmeros temas que atravessam a obra de Michel Foucault, obra que inclui grandes e pequenos livros e inúmeras entrevistas e textos menores, além de seus cursos no *Collège de France*, o tema do trabalho não está entre os que ganham a maior atenção da parte dos comentadores e dos continuadores de seu pensamento.¹ Embora Foucault nunca tenha dedicado nenhuma monografia ou curso especialmente à problemática do trabalho, ela atravessa, de modo lateral, a sua obra desde *História da Loucura* (1961), passando por *As Palavras e as Coisas* (1966) e chegando, na primeira metade dos anos 1970, ao problema da disciplina e, na segunda, ao problema da biopolítica e da governamentalidade, desembocando em sua discussão sobre o neoliberalismo no curso sobre *O Nascimento da Biopolítica* (1978-9). O tema do trabalho, portanto, é discutido, às vezes de modo central, às vezes lateral, tanto em sua fase arqueológica quanto em sua fase genealógica, podendo ainda ser conectado, como ele sugere, com a problemática do sujeito pela qual ele se interessa ao final de sua trajetória. O presente artigo, desse modo, intenta rastrear e apresentar os momentos em que o trabalho é discutido no decorrer da obra foucaultiana a fim de explicitar suas contribuições para uma teoria do trabalho e construir, a partir desse interesse lateral, mas por vezes com consequências fundamentais e teses singulares, o que seria a teoria do trabalho que se depreende da obra foucaultiana.

Como veremos, Foucault se coloca explicitamente contra qualquer explicação do trabalho que o considere como algo na linha de uma "essência humana". Ele afirma ser necessário um "ceticismo sistemático em relação a todos os universais antropológicos".² O trabalho, antes de ser universal antropológico, como o queriam certos marxismos humanistas ou hegelianos, deve ser investigado em suas condições de possibilidade arqueológicas, no nível do saber, e em sua genealogia histórica, no nível das relações de poder e na articulação entre saber e poder. Foucault, ainda, afirma ao final de sua vida, em olhar retrospectivo sobre sua trajetória de pesquisa, que o problema que ele perseguia em suas ditas fases arqueológica e genealógica era o problema do sujeito, de como o sujeito se constitui, incluindo enquanto "sujeito que trabalha", sujeito produtivo. Desse modo, passamos, no decorrer do texto, pela discussão arqueológica do trabalho, para então discutir os diferentes momentos da discussão genealógica (no registro da disciplina e no registro da governamentalidade) e, por fim, através do olhar retroativo centrado na problemática da subjetividade, tentar integrar a contribuição foucaultiana sobre o trabalho em uma teoria relativamente delimitada. Desse modo, será possível

¹ Entretanto, há exceções à regra: Feldman, *Power, Labour Power and Productive Force in Foucault's Reading of Capital*; Rammingier; Nardi, *Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault*; Macherey, *The Productive Subject*. Também há pesquisas que utilizam Foucault para comparar a situação do trabalho na sociedade disciplinar e na deleuzeana sociedade de controle: Barbosa; Martins Jr., *Da disciplina ao controle: novos processos de subjetivação no mundo do trabalho*; Silva; Dias, *Da Disciplina Ao Controle: Breve análise Das Formas De dominação Do Trabalho Na Contemporaneidade*. Por fim, há pesquisas que partem da contribuição foucaultiana sobre o neoliberalismo e a biopolítica para pensar o trabalho e sua subjetivação na contemporaneidade: Kelly, *The Self as Enterprise*; Rossi, *The Labour of Subjectivity*; Hofmeyr, *Foucault and Governmentality*. Nenhum desses trabalhos, porém, propõem passar pela contribuição foucaultiana em seus diferentes momentos, que é o nosso objetivo (objetivo que, vale notar, justifica a extensão do artigo).

² Foucault, *Foucault*, p. 237.

responder ao problema: "Existe uma teoria do trabalho na obra de Foucault?". Entretanto, é bom atentar, como o próprio Foucault colocava, que "a palavra 'obra' e a unidade que ela designa são provavelmente tão problemáticas quanto a individualidade do autor".³ O nome "Foucault", desse modo, não deve ser entendido de modo a apagar as singularidades, desvios e transformações de um pensamento em ação, mas é um "foco de expressão"⁴ que permite reunir os pontos singulares de uma curva de interesse pela problemática do trabalho.

Na primeira seção do texto discutimos o que Foucault tem a dizer sobre o trabalho em *História da Loucura* (1961), em que o trabalho e a loucura aparecem em uma relação de negatividade mútua. Na sequência, de modo mais extenso, demonstramos a arqueologia do trabalho entre a Idade Clássica e a modernidade como apresentada em *As Palavras e as Coisas* (1966), em que Foucault afirma que o trabalho se constitui como objeto visível e dizível da economia política nascente, como "positividade científica" e como "transcendental objetivo", abrindo margem a uma tentação por uma "metafísica do trabalho" que acompanha a modernidade. Em seguida, passamos propriamente à contribuição foucaultiana sobre a genealogia do trabalho, o que começa com suas elaborações em *A Sociedade Punitiva* (1972-3) sobre os dispositivos disciplinares e mecanismos de produção da delinquência, elementos que produziram historicamente a força de trabalho enquanto força de trabalho e o Homem enquanto sujeito trabalhador; ainda na fase genealógica, discutimos a centralidade do trabalho na construção dos conceitos de governamentalidade, população, polícia e biopolítica, principalmente no curso *Segurança, Território, População* (1977-8); por fim, chegamos na teorização neoliberal sobre o trabalho, com a centralidade dos conceitos de empresário de si e de capital humano, no curso *Nascimento da Biopolítica* (1978-9), o que abre para a conexão com a problemática do duplo processo da subjetivação pelo trabalho e do tornar-se trabalho da própria subjetividade.

1. O trabalho como linha de partilha da civilização

Em uma entrevista de Foucault de 1977, publicada como prefácio à edição francesa do *Panóptico* de Bentham,⁵ o entrevistador atenta que em sua obra o uso do termo "trabalho" raramente acontecia no contexto do "trabalho produtivo". Foucault afirma que isso se dá pois em geral a sua obra se ocupa das pessoas de fora do circuito do trabalho produtivo, como os loucos, os doentes, os prisioneiros, as crianças etc. Assim, ele afirma que há uma tripla função do trabalho: função produtiva, função simbólica e função de educação ou disciplinar, e arremata: "A função produtiva é sensivelmente igual a zero para as categorias de que me ocupo, enquanto as funções simbólica e disciplinar são muito importantes."⁶ Essa constatação de Foucault e de seu entrevistador, a de que ele se ocupa sobretudo dos sujeitos excluídos do trabalho produtivo, talvez explique em parte a percepção por vezes difundida de que Foucault não se interessava pelo problema do trabalho. Essa constatação explica, também, que quando Foucault se interessa pelo trabalho,

³ Foucault, *O que é um autor?*, p. 270.

⁴ Foucault, *O que é um autor?*, p. 278.

⁵ Foucault, *O olho do poder*.

⁶ Foucault, *O olho do poder*, p. 121.

humano do Éden devido ao pecado original: "Após a queda do homem, o trabalho-punição recebeu um valor de penitência e resgate. Não é uma lei da natureza que força o homem a trabalhar, mas sim o efeito de uma maldição".¹³ Foucault contrapõe, aqui, a noção moderna do trabalho como relação de transformação da natureza; (ainda) não é disso que estamos falando quando falamos em trabalho. Na Idade Clássica, "o trabalho não produz, ele próprio, seus frutos. Colheita e riqueza não estão ao final de uma dialética do trabalho e da natureza".¹⁴

Essa qualidade de "maldição" do trabalho, a famosa "maldição adâmica", é indispensável para entender o trabalho no nível arqueológico da Idade Clássica. Nesse momento, as condições de possibilidade de um objeto de saber como o "trabalho" e de um "sujeito trabalhador" estão muito mais do lado da moralidade e da religiosidade do que do lado da economia e do homem, que marcarão a transição da Idade Clássica para a Idade Moderna. A recusa do trabalho, nesse contexto, é uma afronta ao próprio Deus, na medida em que é querer obrigá-Lo a fazer o milagre da frutificação Ele Mesmo, enquanto esta capacidade milagrosa do trabalho dar frutos, dar resultado, é passada quotidianamente de Deus ao homem como uma recompensa gratuita dessa atividade. "É por isso que a ociosidade é revolta — a pior de todas, num certo sentido, pois ela espera que a natureza seja generosa como na inocência dos primórdios e quer obrigar uma Bondade à qual o homem não tem mais o direito depois de Adão".¹⁵

É por esse solo arqueológico religioso, por essa maldição que constitui *a priori* histórico do fenômeno do trabalho na Idade Clássica, que se justifica o Grande Internamento daqueles que fogem ao imperativo do trabalho: vagabundos, loucos, mendigos, desempregados etc. "É numa certa experiência do trabalho que se formulou a exigência, indissolúvelmente econômica e moral, do internamento."¹⁶ A partir dessa exigência, e de seu consequente processo de internação, se traça uma grande linha de partilha entre trabalho e ociosidade,¹⁷ trabalhadores e ociosos, os que aceitam de bom grado esse destino, essa exigência da Queda, e os que contra ela se rebelam, preguiçosos e insolentes. Assim, Foucault aponta que havia entre os loucos e os que não trabalhavam uma espécie de "parentesco": "O fato de os loucos terem sido envolvidos na grande proscrição da ociosidade não é indiferente. Desde o começo eles terão seu lugar ao lado dos pobres, bons ou maus, e dos ociosos, voluntários ou não".¹⁸ A loucura é percebida através da condenação ética, moral, da ociosidade, isso num espaço social que se constitui como "comunidade de trabalho":¹⁹ negar o trabalho é negar a comunidade que se constitui através dele e sob a punição de Deus, em busca de redenção. A percepção do que não trabalha como louco é gêmea da exclusão, pela razão, da loucura; a razão se constitui num duplo movimento de exclusão: da loucura e da ociosidade. Assim, "o prisioneiro que

¹³ Foucault, *História da Loucura*, p. 71.

¹⁴ Foucault, *História da Loucura*, p. 71. É válido mencionar que essa menção negativa, de passagem, à concepção do trabalho como dialética com a natureza já é prelúdio da explícita discordância com teses (neo)hegelianas e marxistas, discordância que Foucault publicizará nos anos 1970. Voltaremos a isso.

¹⁵ Foucault, *História da Loucura*, p. 72.

¹⁶ Foucault, *História da Loucura*, p. 72.

¹⁷ Foucault, *História da Loucura*, p. 72.

¹⁸ Foucault, *História da Loucura*, p. 73.

¹⁹ Foucault, *História da Loucura*, p. 73.

pode e quer trabalhar será liberado não tanto pelo fato de ser novamente útil à justiça, mas porque de novo aderiu ao grande pacto ético da existência humana".²⁰

Essa primeira aproximação de Foucault ao tema do trabalho, em poucas páginas e enquanto objeto lateral, já dá pistas sobre suas investigações posteriores sobre o assunto. Como sugere a breve menção negando a “dialética entre trabalho e natureza”, Foucault não pensa num conceito genérico e transhistórico de “trabalho”, um conceito que subtrairia a dimensão histórica, ou se abstrairia dela. Ele se interessa pela categoria enquanto constituída historicamente: relacionado a um solo arqueológico demarcado, a formas de saber precisas, a uma genealogia de relações de poder determinada, bem como a formas de subjetivação. Além disso, fica claro em diferentes momentos de sua obra o quanto o trabalho aparece em suas fronteiras de exclusão, recusa, o quanto o trabalho nunca é encarado como dado natural e não problemático, mas como elemento político, envolto em violências e exclusões, como a do Grande Internamento e a correlata instituição de um “parentesco” entre a loucura e a ociosidade.

Agora passamos, primeiramente, a investigação arqueológica sobre o trabalho em *As Palavras e as Coisas*, que demonstra o nascimento propriamente dito do trabalho enquanto categoria econômica, para então passarmos à investigação genealógica, em que aparece essa virtualidade da recusa do trabalho, junto às violências e ao poder disciplinar que não cessa de tentar enquadrá-la.

2. Arqueologia do trabalho

O método arqueológico utilizado por Foucault em *As Palavras e as Coisas* implica em pensar os objetos do discurso, de um dado saber situado historicamente, no nível de seu (sub)solo arqueológico, um solo transcendental que dá as condições de possibilidade para que os objetos do saber possam aparecer enquanto “positividades”. Cada ciência só é possível e só é capaz de “ver” e “dizer” de seu objeto a partir dessas condições de possibilidade históricas. É esse o solo arqueológico, que se divide em diferentes momentos históricos (“épocas”) em que diferentes ciências se constituem numa espécie de parentesco arqueológico, envolvendo as mesmas condições de possibilidade do conhecimento, de um modo geral em conexão com o que se chama de “filosofia”. Essas épocas epistemológicas são chamadas por Foucault de *epistemes*. Na episteme clássica, as ciências são a “análise das riquezas”, a “gramática geral” e a “história natural”, enquanto, já na episteme moderna, as ciências serão a “economia política”, a “filologia” e a “biologia”.

Foucault nomeia essa instância das "condições de possibilidade" da constituição de uma ciência de *a priori* histórico: "Esse *a priori* é aquilo que, numa dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que aí aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode sustentar sobre as coisas um discurso reconhecido como verdadeiro".²¹ A experiência e o saber, os objetos e os sujeitos, se dão sobre um solo constituído de *a priori* históricos. É nesse solo que, já não mais na Idade

²⁰ Foucault, *História da Loucura*, p. 74.

²¹ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 173.

Clássica, mas na era moderna, o Trabalho aparecerá como objeto próprio da economia política, acontecimento discursivo que nos marca até hoje.²²

2.1 Representação clássica e o trabalho na análise das riquezas

Na Idade Clássica, o solo arqueológico ainda não é aquele da economia, mas o da riqueza (daí não haver ainda “economia política”, mas “análise das riquezas”), e o essencial não é o trabalho, mas a troca, que media necessidades. O trabalho aparece, sim, no pensamento clássico, mas ele não constitui objeto epistemológico de mesma natureza que constituirá no saber propriamente moderno. Foucault divide o saber clássico sobre a “análise das riquezas” em duas escolas complementares: o mercantilismo e a fisiocracia.

O mercantilismo estabelece a centralidade da teoria da moeda no pensamento clássico, do que Foucault chama de moeda-signo: há nessa escola de pensamento uma “articulação refletida, que faz da moeda o instrumento de representação e de análise das riquezas e faz, por sua vez, das riquezas o conteúdo representado pela moeda”.²³ Entre riqueza e moeda há uma espécie de continuidade interna à representação. Essa continuidade representacional entre moeda e riqueza é a instanciação, no campo da análise das riquezas, de um tema geral que perpassa toda a episteme clássica: a da internalidade do pensamento, do saber, ao âmbito da representação. Na episteme clássica, a representação engloba tudo, tudo é conhecível nela e através dela, numa passagem de um objeto a outro que é, de direito, infinita. Assim, o fato da moeda ser elemento fundamental para o discurso filosófico não deve, segundo o autor, ser entendido como um pré-conceito pré-científico que confundiria a moeda com a verdadeira riqueza. Pelo contrário, é exatamente por seu papel representativo que a moeda possui valor central na análise das riquezas: “Sem tais signos, as riquezas ficariam imóveis, inúteis e como que silenciosas; nesse sentido, o ouro e a prata são criadores de tudo o que o homem pode cobiçar”.²⁴ O *valor*, portanto, da riqueza, está na moeda, deriva da moeda, de sua potência representativa: “É por ser moeda que o ouro é precioso. Não o inverso. [...] a moeda (e mesmo o metal de que é feita) recebe seu valor de sua pura função de signo”.²⁵ A moeda-signo representa as riquezas que vêm a saciar necessidades humanas.

Dessa continuidade entre moeda e riqueza, continuidade possibilitada pelo império da representação, conclui-se que o essencial, para o saber chamado “análise das riquezas”, seja a *troca*:

Valer, para o pensamento clássico, é primeiramente valer alguma coisa, poder substituir essa coisa num processo de troca. [...] para que, numa troca, uma coisa possa representar outra,

²² Os outros dois objetos próprios do saber moderno são a Vida, objeto da biologia, e a Linguagem, objeto da filologia. Estes dois, junto ao Trabalho, se constituem conjuntamente através da mesma rede arqueológica, rede que dá as condições do Homem enquanto objeto de saber, o que resultará no desenvolvimento das ciências humanas. A partir disso se forma o dito polêmico de Foucault de que o Homem tinha data de nascimento e, pelas mesmas razões, estava fadado à finitude: o tema da “morte do Homem”. O mesmo tipo de transformações arqueológicas que tornaram possível a emergência discursiva do Homem eventualmente iria desfazer essas condições de possibilidade. Voltaremos a isso em nossa conclusão.

²³ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 188.

²⁴ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 191.

²⁵ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 189.

é preciso que elas existam já carregadas de valor; e, contudo, o valor só existe no interior da representação (atual ou possível), isto é, no interior da troca ou da permutabilidade²⁶.

Em resumo, a contribuição mercantilista para a análise das riquezas institui a moeda como signo de riqueza através de uma continuidade representativa entre moeda-sígnio e riqueza, o que institui a troca como a principal atividade “econômica” e a que dá à moeda e a riqueza seu valor.

Já a contribuição fisiocrata para a análise das riquezas se centra sobretudo no papel da terra. Para estes, é a terra, na agricultura, que é a fonte do valor, pois esta tem uma capacidade essencialmente dadivosa que é a de prover mais bens de subsistência do que o necessário para retribuir os trabalhadores que a cultivaram.²⁷ A terra é a fonte da riqueza que sacia as necessidades, e a alimentação como a maior delas. O essencial a reter é que, aqui, o valor ainda não é fruto do trabalho sobre a terra, embora este seja fundamental:

Compreende-se a importância teórica e prática que os fisiocratas conferiram à renda fundiária — e não ao trabalho agrícola. É que este é retribuído por um consumo, enquanto a renda fundiária representa, ou deve representar, o produto líquido: a quantidade de bens que a natureza fornece, além da subsistência que ela assegura ao trabalhador e da retribuição que ela própria requer para continuar a produzir.²⁸

No pensamento clássico, na análise das riquezas, há uma “generosidade da natureza”²⁹ que explica o valor da riqueza produzida e a retribuição pelo trabalho, ou seja, a subsistência dos trabalhadores que cultivaram aquela terra. O trabalho aparece, mas ele é secundário, não sendo a fonte do valor. É apenas com Smith que o trabalho começará a aparecer, embora de modo ainda vacilante, como elemento propriamente econômico.

2.2 Adam Smith como ponto limite da episteme clássica

Foucault identifica em Adam Smith o ponto limite entre a representação clássica, própria da análise das riquezas, e a moderna economia política.³⁰ É com Smith que a categoria do trabalho começa a se liberar do registro da representação. Na episteme clássica, a circulação e a produção eram determinadas por uma *necessidade*, a necessidade dos homens pelos bens, e essa necessidade era parte da ordem geral das coisas, contígua à ordem geral das representações. Entretanto, já na derrocada da Idade Clássica, há um “recuo” da representação” que “libera” a necessidade, fazendo-a aparecer no registro de algo como uma “liberdade”, um “desejo”, uma “vontade”, que se apresentarão como o “reverso metafísico da consciência”.³¹ Em Smith aparece um deslocamento fundamental dessa noção de necessidade, que vai da troca em direção ao trabalho:

²⁶ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 205.

²⁷ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, pp. 208-209.

²⁸ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 210.

²⁹ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 210.

³⁰ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, pp. 236-240.

³¹ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 224.

As necessidades e a troca de produtos que podem responder a elas são sempre o princípio da economia: são seu primeiro motor e a circunscrevem; e o trabalho e a divisão que o organiza não passam de seus efeitos. Mas, no interior da troca, na ordem das equivalências, a medida que estabelece as igualdades e as diferenças é de natureza diversa da necessidade. Não está ligada apenas ao desejo dos indivíduos, modificada com ele e variável como ele. É uma medida absoluta, se com isso se entender que não depende do coração dos homens ou de seu apetite; impõe-se-lhes do exterior: é seu tempo e é seu esforço.³²

Ou seja, a necessidade, que na episteme clássica se dava, na troca, em uma continuidade com a representação (necessidade → desejo → representação → troca), aqui começa a ser recuada em relação a uma instância mais fundamental, que é o tempo de trabalho, o esforço. Em Smith, ainda são as necessidades e a troca o fundamental da economia, mas estes já são remetidos ao trabalho. O trabalho finalmente aparece propriamente como objeto de saber: "trabalho, isto é, o esforço e o tempo, essa jornada que, ao mesmo tempo talha e gasta a vida de um homem".³³ Ou seja, o fato de que as coisas podem ser trocadas entre si já não é mais fruto do fato de que podem ser representadas pela moeda e, então, circular para atender às necessidades dos homens, mas já é remetido ao trabalho: "para o economista, o que circula sob a forma de coisas é trabalho".³⁴ Smith é quem primeiro introduz, já como ponto limite do saber clássico, as jornadas de trabalho, o esforço humano, como base explicativa da troca: "A equivalência dos objetos do desejo não é mais estabelecida por intermédio de outros objetos e de outros desejos, mas por uma passagem ao que lhes é radicalmente heterogêneo. [...] Os homens trocam porque experimentam necessidades e desejos; mas *podem* trocar e *ordenar* essas trocas porque são submetidos ao tempo e à grande fatalidade exterior".³⁵

2.3 Ricardo: o salto para a economia política

É só com Ricardo, já no século XIX, que efetivamente se entra no registro da nova episteme, moderna, da economia política. Aqui, o processo de recuo da representação em relação à necessidade e ao trabalho, que havia colocado Smith como o limite da episteme clássica e da análise das riquezas, se encontra efetivado, e o trabalho pode aparecer, finalmente, como instância radicalmente pré-representacional, a-representativa, em toda sua espessura. Foucault explica a diferença entre Smith e Ricardo nos seguintes termos:

para o primeiro, o trabalho, porque analisável em jornadas de subsistência, pode servir de unidade comum a todas as outras mercadorias (de que fazem parte os próprios bens necessários à subsistência); para o segundo, a quantidade de trabalho permite fixar o valor de uma coisa, não apenas porque este seja representável em unidades de trabalho, mas primeiro e fundamentalmente porque o trabalho como atividade de produção é a 'fonte de todo valor'. [...] O valor deixou de ser signo, tornou-se um produto.³⁶

³² Foucault, *As Palavras e as Coisas*, pp. 238-239.

³³ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 239.

³⁴ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 239.

³⁵ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 239. Grifo no original.

³⁶ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 269.

Foucault não está afirmando que a troca não tem mais importância, mas está constatando que, no discurso da moderna economia política, embora os produtos efetivamente se troquem e sejam representados como valor, essa capacidade representativa não é extraída da troca ela mesma, mas de um domínio subjacente, "desse trabalho mais primitivo e radical do que toda representação e que, portanto, não pode definir-se pela troca".³⁷

Na episteme clássica a necessidade era interna à representação e definia o trabalho como sua consequência secundária; em Smith, como limite dessa episteme no que concerne à análise das riquezas, o trabalho enquanto jornada e esforço aparece como princípio explicativo da troca — não sendo mais suficiente o recurso explicativo à necessidade; agora, com Ricardo, o trabalho é "desnívelado em relação à representação" e é introduzido em uma região que está para além (ou aquém) de seu domínio, se organizando sob uma causalidade própria. Aqui entra no registro do saber questões sobre a quantidade de trabalho necessária para a fabricação, colheita, transporte, de algo, e é isso que determina o valor de seus produtos, que se encontram com a questão das diferentes formas de produção, o grau da divisão do trabalho, a natureza dos instrumentos, a quantidade de capital que se dispõe, o que foi investido em suas instalações, fazendo com que a produção seja mais ou menos dispendiosa. Assim, segundo Foucault, na economia política os custos (salários, capital, rendimentos, lucros) são sempre determinados pelo *trabalho* "já efetuado e aplicado a essa nova produção", fazendo nascer uma "série linear e homogênea que é a da produção". É o trabalho, e sempre ele, que define, que substancia, essa série da produção: "Todo trabalho tem um resultado que, sob uma forma ou outra, é aplicado a um novo trabalho cujo custo ele define; e esse novo trabalho, por sua vez, entra na formação de um valor etc.". ³⁸ Foucault também atenta que essa série linear do trabalho é a instanciamento econômico de um movimento mais geral que atravessa toda a episteme moderna: a da centralidade da História, visto que, com essa linearidade e homogeneidade da produção como sequência de trabalho em suas diversas formas, institui-se immanentemente na economia uma historicidade que lhe é própria, faz parte de seu próprio objeto: o trabalho passa a ter uma História no mesmo passo que a História (econômica) se torna história do trabalho.

Por fim, é em Ricardo que o trabalho é situado no horizonte geral da episteme moderna, que é o da *finitude*, sendo marcado por uma "carência originária".³⁹ Na episteme moderna o trabalho não é mais, como vimos no contexto da Idade Clássica comentado em *História da Loucura*, maldição adâmica e caminho de redenção que faz frutificar, como no discurso fisiocrata, a *generosidade da natureza*. O trabalho perde sua relação com uma natureza eminentemente dadivosa. Agora, o trabalho é um modo de enfrentamento da *escassez*, da *raridade*, da *morte*: "A cada instante de sua história, a humanidade só trabalha sob a ameaça da morte. [...] o que torna a economia possível e necessária é uma perpétua e fundamental situação de raridade."⁴⁰ Na episteme moderna, na economia política, que nos marca até hoje, o esforço, a dureza do trabalho, se tornam o "único meio de negar a

³⁷ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 270.

³⁸ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 270. Todo esse parágrafo tem essa página como referência.

³⁹ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 271.

⁴⁰ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 272.

carência fundamental e triunfar um instante sobre a morte". A economia política se constrói sobre essa pressuposição antropológica que é a da finitude do homem, não mais no registro de uma representação que flui infinitamente dentre seus objetos a partir da dádiva divina da natureza. Assim, nasce o *Homo economicus* propriamente dito, moderno, não mais como aquele, clássico, que representa suas necessidades e os objetos que as saciam, mas como "aquele que passa, usa e perde sua vida escapando da iminência da morte".⁴¹

2.4 Trabalho como fundo da representação econômica e a tentação por uma metafísica do trabalho

É apenas na episteme moderna que o trabalho pode aparecer como objeto de saber delineável e próprio, em toda a sua espessura, da nova economia política, que, por estar em outro solo arqueológico, marcado agora pelo recuo da representação, se constitui em descontinuidade com o que era a clássica análise das riquezas. As condições de possibilidade do discurso estão modificadas, o que marca todo o terreno epistemológico:

a representação perdeu o poder de criar, a partir de si mesma, no seu desdobramento próprio e pelo jogo que a reduplica sobre si, os liames que podem unir seus diversos elementos. [...] A condição desses liames reside doravante no exterior da representação, para além de sua imediata visibilidade, numa espécie de mundo-subjacente, mais profundo que ela própria e mais espesso.⁴²

As coisas adquirem um espaço de interioridade próprio que, para a nossa representação, é exterior.⁴³ Vai ser este o caso com o trabalho, mas também com a vida e a linguagem. O trabalho é o que dá à representação, na troca, o valor que circula. É ao mesmo tempo sua fonte e seu limite. Diante dessa exterioridade, o poder ilimitado que a representação tinha no pensamento clássico vai aparecer, do ponto de vista da filosofia crítica (Kant), como metafísica, uma metafísica que não teria delimitado a si mesma e teria caído em dogmatismo. Entretanto, essa disposição crítica diante da representação, esse estabelecimento de um campo de exterioridade em relação à representação, que agora é limitada, "recuada", abrirá espaço para outras e novas formas de metafísica, que teriam "por propósito interrogar, fora da representação, tudo o que constitui sua fonte de origem".⁴⁴ É aqui que podemos situar algo como uma *metafísica do Trabalho* que acompanha a modernidade.

Em que sentido existiria, mesmo após a empreitada crítica, uma metafísica do trabalho? Segundo Foucault, na episteme moderna, a "potência do trabalho" é uma "forma que ronda nos limites exteriores de nossa experiência".⁴⁵ O estabelecimento do trabalho enquanto "positividade" para o saber emergente que é a economia política é correlato da emergência da filosofia transcendental kantiana, pois o trabalho, "em seu ser", está fora do conhecimento, mas é, por isso mesmo, condição deste. O trabalho, portanto, pertence ao campo transcendental, mas, ao

⁴¹ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 272.

⁴² Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 254.

⁴³ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 254.

⁴⁴ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 258.

⁴⁵ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 259.

metafísica do trabalho, uma metafísica de um trabalho que liberaria o homem para que o homem, em troca, possa do trabalho se liberar.⁵¹ O fato de que Foucault coloque, polêmica e famosamente, a obra de Marx como estando imersa na episteme moderna (a mesma de Ricardo), “como um peixe na água”,⁵² é indicativo dessa metafísica do trabalho da qual fala Foucault e que, como veremos na parte genealógica de nosso texto, a seguir, Foucault imputava a certo marxismo humanista e neo-hegeliano.

3. Genealogia do trabalho

Em *O Sujeito e o poder*, um texto tardio, Foucault efetua um olhar retrospectivo (e retroativo) sobre as diferentes fases de sua obra, dizendo que sempre havia se preocupado com o problema geral da “história geral dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos”. Ele afirma que um dos eixos da pesquisa epistemológica de *As Palavras e as Coisas* era, justamente, o da “objetivação do sujeito produtivo, do sujeito que trabalha, na análise das riquezas e na economia”⁵³. Isso indica que, embora o texto dessa obra, que discutimos na seção anterior, seja por vezes arcano, envolto nas sutilezas das mutações arqueológicas que condicionam o saber, o discurso, a ciência, estes não devem ser considerados de modo independente da problemática da subjetivação dos próprios sujeitos trabalhadores. Não se trata só de trabalho enquanto objeto de saber científico e positivo, mas enquanto elemento da experiência, da subjetivação. “Desde baixo”, poderíamos dizer. Já em 1969, pouco tempo depois de *As Palavras e as coisas* e ainda em sua fase arqueológica, o autor afirma explicitamente que seu interesse pela economia se dava justamente por esta, apesar de ter um “grau de cientificidade” não tão elevado, ter numerosas “articulações com as práticas sociais”.⁵⁴ Na mesma época, ele explicita que “o discurso”, que era o objeto de *As Palavras e as Coisas*, deveria aparecer “em uma relação descritível com o conjunto de outras práticas”, devendo-se lidar “com uma história das práticas discursivas nas relações específicas que as articulam com as outras práticas”.⁵⁵

É desse modo que acontecerá a famosa passagem, que colocamos de um modo um tanto esquemático, da fase “arqueológica” centrada no saber para a fase da genealogia das relações de poder, que marca os anos 1970 da obra foucaultiana, incluindo a primeira e maior parte de seus cursos no *Collège de France* e os livros *Vigiar e Punir* (1975) e o primeiro volume da *História da sexualidade* (1976). Em 1977, no auge dessa fase genealógica, o próprio Foucault afirma que por muito tempo havia acreditado que sua preocupação era a do saber (o que se sabe sobre a loucura? sobre a vida? sobre o trabalho?), mas agora percebia que sempre se tratara

⁵¹ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 333.

⁵² Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 277. O fato de que Foucault coloque Marx habitando o mesmo terreno epistemológico da economia política (cujo maior expoente é Ricardo) constitui polêmica implícita, mas à época claramente reconhecível, com a proposição althusseriana do “corte epistemológico”, que afirma precisamente que a marxiana “crítica da economia política” rompe com as pressuposições ideológicas da economia política clássica (Smith e Ricardo). Cf. Althusser, *Por Marx*. Foucault é explicitamente crítico ao esquema do corte entre a ciência e sua pré-história ideológica, que os althusserianos encontram em Bachelard e desenvolvem no terreno marxológico.

⁵³ Foucault, *O Sujeito e o poder*, p. 231.

⁵⁴ Foucault, *Michel Foucault explica seu último livro*, p. 151.

⁵⁵ Foucault, *Resposta a uma questão*, p. 15.

do poder, da relação do saber e do poder, "mas tomando como ponto central os mecanismos de poder".⁵⁶ Além disso, no olhar retrospectivo e retroativo que o autor estabelece sobre sua obra em *O Sujeito e o Poder*, ele afirma que a segunda fase de sua obra, a dita genealógica, a preocupação com o sujeito e os processos de subjetivação havia aparecido na forma das "práticas divisoras", na pesquisa sobre como os sujeitos se fazem sujeitos pela divisão entre o "são" e o "louco", o "normal" e o "anormal" ou, no caso que nos interessa aqui, entre o trabalhador e o vagabundo, o bom e o mau trabalhador.⁵⁷ Assim, no que se segue articularmos diferentes aspectos da questão do trabalho como trazida por Foucault em sua fase genealógica: investigaremos como, a partir de mecanismos e de relações de poder situadas historicamente, e relativamente sincrônicas aos acontecimentos epistêmicos já debatidos sobre a análise das riquezas e a economia política, a figura do trabalhador, a própria categoria da força de trabalho, se desenvolveu historicamente, tanto objetiva quanto subjetivamente.

3.1 As relações de poder como condição da emergência do trabalho capitalista

Foucault é explícito, em entrevista, ao associar o desenvolvimento capitalista das forças produtivas, como a tecnologia, a divisão do trabalho no século XVIII, a divisão das tarefas, com uma "nova distribuição de poder", com "aparelhos de poder":⁵⁸ "*as técnicas de poder foram inventadas para responder às exigências da produção*. Quero dizer produção em sentido amplo (pode-se tratar de 'produzir' uma destruição, como no caso do exército)."⁵⁹ Podemos dizer que Foucault elabora uma teoria, e uma genealogia, das relações de poder como fator infraestrutural da própria produção, imanentemente, internamente, às próprias forças produtivas e seu desenvolvimento. Como é sabido, e como é desenvolvido em *Vigiar e Punir*, Foucault nomeia essas técnicas de poder com o nome de *disciplina*, e elas atravessam diversas instituições disciplinares, como a escola, o hospital, o hospital psiquiátrico, o quartel e, justamente, a fábrica e a oficina, os locais de trabalho produtivo. Foucault chega a estabelecer uma relação fundamental entre, por exemplo, o fundamental fato econômico e moderno da divisão do trabalho com a emergência do poder disciplinar:

A divisão do trabalho foi, ao mesmo tempo, a razão pela qual se tornou obrigatório inventar essa nova disciplina da oficina; mas, inversamente, poderíamos dizer que a disciplina da oficina foi a condição de possibilidade para realizar uma divisão do trabalho. Sem essa disciplina da oficina, isto é, sem hierarquia, sem vigilância, sem o aparecimento dos contramestres, sem o controle temporal dos movimentos, não teria sido possível alcançar uma divisão do trabalho.⁶⁰

Foucault define a disciplina como "o processo técnico unitário pelo qual a força do corpo é com o mínimo ônus reduzida como força 'política', e maximalizada

⁵⁶ Foucault, *Poder e Saber*, pp. 224-227.

⁵⁷ Foucault, *O Sujeito e o poder*, p. 231.

⁵⁸ Foucault, *O olho do poder*, p. 119.

⁵⁹ Foucault, *O olho do poder*, p. 121, grifo nosso.

⁶⁰ Foucault, *The Mesh of Power*. s/p, tradução nossa.

como força útil".⁶¹ Essa modalidade específica de poder, que é o disciplinar, foi utilizada pela crescente economia capitalista para controle e submissão dos corpos e de suas forças, ou melhor, para sua canalização na direção da produção, da "utilidade". É o famoso problema da produção de *corpos dóceis*. Foucault também chama esse poder, pois centrado no corpo, nos gestos, nos movimentos, de uma "anatomia política" que atravessa diferentes regimes políticos e instituições diversas.⁶² O trabalho, e os trabalhadores, serão tanto objeto quanto fruto dessas técnicas de poder disciplinar, ainda que não sejam os únicos, visto que estão ao lado dos loucos, das crianças, dos estudantes, dos doentes, dos soldados etc.

3.2 O parentesco disciplinar entre trabalho e prisão

Em *Vigiar e Punir*, o trabalho não aparece com grande centralidade, sendo, em geral, apenas mais um dos locais de manifestação do poder disciplinar. Inclusive, sendo que a problemática maior do livro é a da prisão, o trabalho acaba por ser discutido em maior detalhe não em seu sentido produtivo, mas propriamente em seu aspecto disciplinar, e isso através do caso do trabalho penal, do trabalho pela parte de presos. Embora o trabalho apareça aqui como elemento secundário em relação ao processo disciplinar, é fundamental a caracterização que Foucault faz desse poder anatômico:

Não é como atividade de produção que ele é intrinsecamente útil, mas pelos efeitos que toma na mecânica humana. É um princípio de ordem e regularidade; pelas exigências que lhe são próprias, veicula, de maneira invisível, as formas de um poder rigoroso; sujeita os corpos a movimentos regulares, exclui a agitação e a distração, impõe uma hierarquia e uma vigilância que serão ainda mais bem aceitas, e penetrarão ainda mais profundamente no comportamento dos condenados, por fazerem parte de sua lógica.⁶³

Fazendo eco à função moralizante que tinha o trabalho no movimento da Grande Internação da Idade Clássica, aqui, na emergência da sociedade capitalista, o trabalho é uma via fundamental do disciplinamento dos corpos. E Foucault atenta que, se o trabalho penal tem algum efeito econômico, não é no sentido produtivo estrito, mas antes no da produção de "indivíduos mecanizados segundo as normas gerais de uma sociedade industrial", em um processo que é o de "fabricação de indivíduos-máquinas, mas também de proletários".⁶⁴ Como veremos, essa função disciplinar do trabalho não se reduz, evidentemente, apenas ao trabalho dos presos, afinal, como o quer Foucault, a prisão é só a imagem geral, paradigmática, de todo o poder disciplinar.

É no curso *A sociedade punitiva*, que Foucault lecionou no *Collège de France* no ano letivo de 1972-3, enquanto efetuava as pesquisas que resultariam em *Vigiar e Punir*, que o filósofo mais discutirá a questão do trabalho, trazendo várias discussões que não aparecem na obra publicada. Além disso, também no ano de 1973, poucos meses após a conclusão do curso, essa discussão sobre o trabalho aparece na última das conferências que Foucault deu no Brasil, reunidas sob o título

⁶¹ Foucault, *Vigiar e Punir*, p. 182.

⁶² Foucault, *Vigiar e Punir*, p. 182.

⁶³ Foucault, *Vigiar e Punir*, p. 203.

⁶⁴ Foucault, *Vigiar e Punir*, p. 204.

A Verdade e as Formas Jurídicas. É sobre estes dois textos, principalmente o primeiro, que nossa discussão sobre a genealogia do trabalho se centra agora.

Segundo Foucault, a categoria de *delinquência*, na segunda metade do século XVIII, é inseparável dos mecanismos e processos de produção, tendo sua posição, papel e função fixados por eles: "a vagabundagem é o elemento a partir do qual os outros crimes se especificaram. É a matriz geral do crime, que contém eminentemente todas as outras formas de delinquência. [...] o ingresso no mundo da delinquência está no fato de vaguear, de não estar fixado a uma terra, de não ser determinado por um trabalho";⁶⁵ "a partir do momento em que a sociedade se define como sistema de relações entre indivíduos que possibilitam a produção, permitindo maximizá-la, dispõe-se de um critério que possibilita designar o inimigo da sociedade: qualquer pessoa que seja hostil ou contrária à regra da maximização da produção".⁶⁶ Qualquer um que demonstre tendências a fugir dessa norma é subsumido na categoria da delinquência, e levado à prisão ou outras instituições de correção e trabalho. O trabalho, desse modo, se constitui como uma tecnologia de poder disposta à *fixar* os indivíduos no aparelho de produção. Foucault chama a atenção para a existência de instituições específicas, as *workhouses*, "fábricas-prisões", "fábricas-conventos", "fábricas sem salário", que eram como que internatos de trabalho em que o operário era "inteiramente comprado, de uma vez por todas" por um "prêmio" que só era recebido na saída de seu tempo na instituição.⁶⁷ Eles moravam nos locais de trabalho e tinham toda uma rotina exaustiva e detalhadamente disciplinada. Foucault diz que essas foram as primeiras (mas não as últimas), *instituições de sequestro*.⁶⁸ Estas instituições teriam se mostrado economicamente pesadas, dispendiosas, e eventualmente desapareceram. Entretanto, as suas *funções* não desapareceram:

Organizaram-se técnicas laterais e marginais, para assegurar, no mundo industrial, as funções de internamento, de reclusão, de fixação da classe operária, desempenhadas inicialmente por estas instituições rígidas, quiméricas, um pouco utópicas⁶⁹. Foram tomadas, então, medidas como a da criação de cidades operárias, de caixas econômicas, de caixas de assistência, etc., de uma série de meios pelos quais se tentou fixar a população operária, o proletariado em formação no corpo mesmo do aparelho de produção.⁷⁰

Foucault salienta, então, que estas novas instituições disciplinares tinham como função não excluir os indivíduos, como era o caso das instituições anteriores (lembramos do Grande Internamento), mas justamente fixá-los, integrá-los, incluí-los: "A fábrica não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de produção". As instituições anteriores operavam por meio da *reclusão*, enquanto as novas operam por meio do *sequestro*, existindo mesmo uma "rede institucional de sequestro".⁷¹

Essa ideia de "sequestro" só é compreensível à luz de uma das teses mais interessantes de Foucault a respeito do trabalho em *A Sociedade Punitiva*: a

⁶⁵ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, pp. 61-62.

⁶⁶ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, p. 68.

⁶⁷ Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, pp. 109-110.

⁶⁸ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, p. 228.

⁶⁹ Foucault se refere às utopias capitalistas que, como ele coloca jocosamente, possuem a tendência de se realizarem, ao contrário das socialistas. *A Verdade e as Formas Jurídicas*, p. 110.

⁷⁰ Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, pp. 111-112.

⁷¹ Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, pp. 114-115.

de existir um paralelo entre a "forma-salário" e a "forma-prisão", sendo estas "formas historicamente gêmeas".⁷² A ideia de sequestração é uma ideia essencialmente *temporal*, o que ficava exagerado ao nível "utópico" no caso das *workhouses*, em que todo o tempo dos indivíduos era sequestrado. A introdução do tempo, portanto, no poder capitalista e no poder prisional, é essencial, na medida em que, na forma moderna de pena, é o tempo de prisão que conta: tempo abstrato; o mesmo tempo abstrato que é comprado pelo empregador de seu empregado:

a mesma forma se encontra no salário e na prisão: por um lado, o tempo da vida torna-se matéria permutável; por outro, a medida do tempo é que possibilita a quantificação da troca, por meio da relação estabelecida entre uma quantidade de trabalho e uma quantidade de dinheiro, ou então entre uma quantidade de tempo e a gravidade da culpa. [...] para que a quantidade de tempo possa tornar-se matéria e medida da troca é preciso tomar o poder sobre o tempo, [não como uma] abstração ideológica, mas como extração real de tempo da vida dos homens: condição real de possibilidade do funcionamento do sistema de salário e do sistema de reclusão.⁷³

O tempo como realidade a ser controlada, seja na prisão, seja na fábrica. O tempo de trabalho, que havíamos nos deparado com Ricardo no contexto arqueológico, aparece aqui em toda sua espessura disciplinar, na sequestração do tempo de vida dos indivíduos e em sua conversão em tempo de trabalho:

São necessárias duas coisas para que se forme a sociedade industrial. Por um lado, é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que o querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário; e é preciso, por outro lado, que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho. É por isso que em uma série de instituições encontramos o problema e as técnicas da extração máxima do tempo.⁷⁴

É esse problema da "transformação do tempo dos homens em tempo de trabalho" o que mobiliza as instituições disciplinares e esta é uma condição fundamental do desenvolvimento do trabalho capitalista: "O capitalismo não encontra a força de trabalho pronta";⁷⁵ "A função de transformação do corpo em força de trabalho responde à função de transformação do tempo em tempo de trabalho".⁷⁶

3.3 Os dispositivos de conversão do corpo em força de trabalho disciplinada e moralizada

Para um bom entendimento dessa ideia, central na perspectiva de Foucault sobre a problemática do trabalho, precisamos entender justamente o que existia escapando a esses mecanismos disciplinares de fixação e controle. Foucault vai salientar que existia, na emergência da disciplina capitalista, uma série de hábitos e estratégias que iam de encontro ao estabelecimento de uma força de trabalho disciplinada e sequestrada temporalmente: haviam os operários que não trabalhavam o suficiente, ou eram preguiçosos, que se embebedavam; havia

⁷² Foucault, *A Sociedade Punitiva*, pp. 86 e ss.

⁷³ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, p. 100.

⁷⁴ Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, p. 116.

⁷⁵ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, p. 250.

⁷⁶ Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, p. 119.

também aqueles que nem chegavam plenamente ao estatuto de operários, que roubavam, que eram ociosos, nômades, irregulares, que apostavam, que buscavam em diferentes formas de loterias, e não no salário, uma fonte de dinheiro.⁷⁷ Foucault nomeia essas estratégias e hábitos, que incluíam também a festa, a intemperança, a imprevidência e até mesmo a recusa da família, que fixa e reproduz a força de trabalho, de formas de "subtração" e de "dissipação" que atentavam contra a estabilidade do trabalhador no emprego e contra a melhor apresentação de seu próprio corpo à fábrica, de sua própria força de trabalho nas melhores condições de utilização (e exploração). Para lidar com esse "nomadismo moral", as instituições disciplinares, o poder burguês, classificam-os como formas do que Foucault chama de "ilegalismo infralegal", ou seja, formas não exata ou necessariamente ilegais do ponto de vista da lei positiva, mas "ilegais", imorais, do ponto de vista da lei do capital e da sequestração do tempo de trabalho que lhe acompanha: "A imoralidade operária é constituída por tudo aquilo com que o operário se esquivava da lei do mercado de trabalho, do modo como o capitalismo quer constituí-la".⁷⁸ Havia, por parte dos empregadores, dos capitalistas, um "medo" em relação ao "perigoso" operário que era preguiçoso, que se embebedava, que praticava o "ilegalismo" (infralegal) em relação ao próprio corpo, em relação "àquela força de trabalho de que o patrão se considerava uma espécie de proprietário, pois a comprava mediante o salário, sendo dever do operário oferecer sua força de trabalho num mercado livre".⁷⁹ Por meio das instituições e de uma série de regulamentos, de uma "imensa campanha de moralização operária", o "poder patronal" buscava controlar os operários mesmo fora da fábrica, na totalidade de suas vidas, em atividades que não eram diretamente produtivas.⁸⁰ Desse modo, para além de um "contrato de trabalho", o essencial era instituir um *hábito*, um hábito trabalhista que fizesse com que os indivíduos se vinculassem ao aparato de produção.⁸¹ Assim se operava a distinção, já evocada, entre o bom e o mau operário,⁸² e o mau operário era, virtualmente, o delinquente: a moralização colocava a delinquência como o resultado inevitável da irregularidade operária, o que conferia um estatuto psicológico e moral de marginalização através dos mecanismos de controle.⁸³

Foucault também atenta que, enquanto o camponês anterior tinha um vínculo positivo com a terra e com seu senhor, os novos trabalhadores, próprios da emergência industrial, possuíam apenas um vínculo negativo com as matérias primas e máquinas que constituíam seu meio de trabalho: um "isso não é seu". Desse modo, os trabalhadores também precisavam ser disciplinados de modo a não roubar, danificar, destruir etc., essa riqueza com a qual eles tinham contato. Era preciso que entre os corpos portadores de força de trabalho e a riqueza material com a qual eles trabalhassem se instituísse um vínculo de natureza disciplinar, moralizada, regulada.⁸⁴

⁷⁷ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, pp. 206 e ss.

⁷⁸ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, p. 192.

⁷⁹ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, pp. 191-192.

⁸⁰ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, pp. 232; 279.

⁸¹ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, pp. 193; 256.

⁸² Foucault, *A Sociedade Punitiva*, p. 279.

⁸³ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, p. 279.

⁸⁴ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, pp. 174-175.

Diante de uma massa de indivíduos "indisciplinados", "pré-disciplinares" — essa parece ser a tese de Foucault —, não havia, ainda, a massa de trabalhadores, a força de trabalho de que o capitalismo necessitava. Para que a produção se efetua-se, antes ("logicamente" falando) era necessário que se instituísse, através de inovadores mecanismos de poder, uma massa de indivíduos moralizados, disciplinados, regulados, fixados, em suma, uma massa de trabalhadores, de proletários:

Foi preciso acossar festas, faltas, jogos e especialmente loterias, como má relação com o tempo na maneira de esperar ganhar dinheiro não da continuidade do trabalho, mas da continuidade do acaso. Foi preciso levar o operário a dominar o acaso de sua existência: doença e desemprego. Foi preciso ensinar-lhe aquela qualidade a que se dava o nome de previdência, torná-lo responsável por si mesmo até na morte, oferecendo-lhe caixas de poupança. Ora, tudo isso que é apresentado na literatura da época como aprendizado de qualidades morais significava, na verdade, a integração da vida operária, por um lado no tempo da produção e por outro no tempo da poupança. O tempo da vida, que podia ser ritmado por fazer, prazer, sorte e festas, precisou ser homogeneizado de maneira que fosse integrado num tempo que já não era o da existência dos indivíduos, de seus prazeres, de seus desejos e de seu corpo, mas que era o da continuidade da produção, do lucro.⁸⁵

3.4 A síntese entre humano e trabalho como operação de poder

Toda essa investigação Foucaultiana é efetivamente uma genealogia do próprio trabalho: o trabalho não é um dado a-histórico, natural, mas uma produção histórica, situada em determinadas relações de poder, marcadamente disciplinares. Se antes o corpo era "superfície de inscrição de suplícios e de penas", a partir do século XIX, "o corpo adquire uma significação totalmente diferente; ele não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, o que deve adquirir aptidões, receber um certo número de qualidades, *qualificar-se como corpo capaz de trabalhar*".⁸⁶ Assim, a partir dessa genealogia e da centralidade dos mecanismos de poder como produtores da própria força de trabalho enquanto força de trabalho, se justifica a forte e polêmica tese de Foucault sobre o trabalho não ser algo "essencial" ao humano, algo "natural":

É falso dizer, como alguns famosos pós-hegelianos, que a existência concreta do ser humano é o trabalho. O tempo e a vida do homem não são por natureza *trabalho*; são prazer, descontinuidade, festa, repouso, necessidade, instantes, acaso, violência etc. Ora, toda essa energia explosiva precisa ser transformada em força de trabalho contínua e continuamente oferecida no mercado. É preciso sintetizar a vida em força de trabalho, o que implica a coerção desse sistema de sequestração.⁸⁷

⁸⁵ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, p. 23.

⁸⁶ Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, p. 119, grifo nosso. É válido referir, sobre esse ponto, ao excelente artigo de Feldman (*Power, Labour Power and Productive Force in Foucault's Reading of Capital*), em que o autor parte de *Vigiar e Punir* e de *A Sociedade Punitiva* para demonstrar como a teoria foucaultiana se relaciona com a sua leitura de *O Capital*. Segundo o autor, Foucault retira de Marx a ideia de que é a disciplina fabril o que faz com que a "força de trabalho" individual se converta em "força produtiva" coletiva. A sugestão dessa aproximação é do próprio Foucault, principalmente em *The Mesh of Power*. Por fim, Macherey (*The Productive Subject*) também efetua essa discussão, mas adentrando mais a discussão marxiana do que a foucaultiana.

⁸⁷ Foucault, *A Sociedade Punitiva*, p. 250, grifo no original.

Foucault utiliza em diferentes momentos o termo "sintético" para falar da relação entre humano e trabalho.⁸⁸ O termo deve ser entendido no sentido kantiano, em que o sintético é algo que adiciona ao item (ao humano) algo que não lhe é inerente, operando uma "síntese". O trabalho, dessa forma, não seria algo inerente e substancial ao humano, mas algo a ele adicionado por mecanismos historicamente determinados de poder. Correndo o risco de ser repetitivo, acredito ser válido trazer os diferentes momentos em que Foucault enfatiza a centralidade dessa problemática, sendo uma de suas principais teses sobre a questão do trabalho:

O corpo humano é, nós sabemos, uma força de produção, mas o corpo não existe tal qual, como um artigo biológico ou como um material. O corpo existe no interior e através de um sistema político. O poder político dá um certo espaço ao indivíduo: um espaço onde se comportar, onde adaptar uma postura particular, onde sentar de uma certa maneira, ou trabalhar continuamente. Marx pensava - e ele o escreveu - que o trabalho constitui a essência concreta do homem. Penso que essa é uma ideia tipicamente hegeliana. O trabalho não é a essência do homem. Se o homem trabalha, se o corpo humano é uma força produtiva, é porque o homem é obrigado a trabalhar, e ele é obrigado porque ele é investido por forças políticas, porque ele é capturado nos mecanismos de poder.⁸⁹

Foucault atribui, como já dito, a tese de que o trabalho é a "essência" do homem a um certo ar dos tempos de um humanismo marxista generalizado, o que, à época, era bastante marcado pela recepção dos *Manuscritos econômico-filosóficos* do "Jovem Marx". Aqui não é o caso de adentrar na problemática propriamente marxiana ou marxista sobre o trabalho, o que seria material para todo um outro artigo. Também não é nosso objetivo discutir a complexa relação de Foucault com a tradição marxista e a obra de Marx.⁹⁰ É inegável, entretanto, que uma leitura desse tipo, humanista e neo-hegeliana, é possível do texto do Jovem Marx, e era efetivamente o que ocorria em boa parte do marxismo francês dos anos 1970. Era essa a polêmica estabelecida, e Foucault bem o sabia, por Althusser no seio do PCF: a "querela do humanismo". O que nos interessa, aqui e agora, não é a contraposição a fundo entre uma proposição marxista complexa sobre o trabalho e a elaboração foucaultiana, mas o fato de que Foucault se contrapõem a uma tese mais ou menos vulgar que constituía, efetivamente, o pano de fundo do debate sobre a questão. Assim, ao final de suas conferências no Brasil em 1973, ele arremata:

Alguém disse: a essência concreta do homem é o trabalho. Na verdade, essa tese foi enunciada por várias pessoas. Nós a encontramos em Hegel, nos pós-hegelianos, e também em Marx; em todo caso em um certo Marx, no Marx de um certo período, diria Althusser; como eu não me interesso pelos autores mas pelo funcionamento dos enunciados, pouco importa quem o disse ou quando foi dito. O que eu gostaria de mostrar é que de fato o trabalho não é absolutamente a essência concreta do homem, ou a existência do homem em sua forma concreta. Para que os homens sejam efetivamente colocados no trabalho, ligados ao trabalho, é preciso uma operação, ou uma série de operações complexas pelas quais os homens se encontram efetivamente, não de uma maneira analítica, mas sintética, ligados ao aparelho

⁸⁸ Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, pp. 124-125.

⁸⁹ Foucault, *Diálogo sobre o Poder*, p. 259.

⁹⁰ Para uma discussão sobre a relação de Foucault com Marx, ver Garo, *Foucault, Deleuze, Althusser & Marx*, capítulo 2. Entretanto, a autora não traz a problemática do trabalho.

de produção para o qual trabalham. *É preciso a operação ou a síntese operada por um poder político para que a essência do homem possa aparecer como sendo a do trabalho.*⁹¹

Este último trecho, por nós grifado, é o que nos parece central. Foucault não está exatamente negando a ideia de que o trabalho apareça como “essência do homem”, que é o ponto de partida, segundo ele, das teses “neo-hegelianas”. Ele está afirmando, porém, que essa “essência” do homem enquanto trabalhador é histórica, marcada genealogicamente, sintetizada pelo poder político, pelas disciplinas.

E é então que colocamos a seguinte questão: esse trabalho que aparece, no contexto disciplinar, como “essência” sintética do homem, não é o mesmo que aparecera, no contexto da discussão arqueológica, como o transcendental objetivo através do qual se constitui a economia política como positividade científica? Mencionamos no início dessa seção que Foucault se interessa pela relação do saber com o poder, do discurso econômico com as práticas sociais. Em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault coloca que “todo ponto de exercício de um poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação, não de ideologia, mas de saber”.⁹² Uma instituição como a fábrica faz com que o trabalho e os saberes dos operários sobre esse mesmo trabalho — os “melhoramentos técnicos”, as “pequenas invenções e descobertas”, as “micro-adaptações que ele puder fazer” — sejam anotadas, registradas, extraídas pelo poder, através da vigilância, na forma de um saber sobre a produtividade, um saber sobre a produção, que irá reforçar o próprio controle.⁹³ Poder e saber se co-constituem, e Foucault é explícito em afirmar que são essas instituições de poder que fizeram “surgir as chamadas ciências do homem e o homem como objeto da ciência”.⁹⁴ Ou seja, há aqui um rebote da genealogia do poder disciplinar como constituindo o trabalho (o corpo como proprietário de uma força de trabalho alienável no mercado, o tempo de vida convertido em tempo de trabalho) sobre a arqueologia do saber moderno, que encontrava no trabalho enquanto transcendental objetivo suas condições de possibilidade. Se, como quer Foucault, o saber só é compreensível através de suas relações com o poder, e com a primazia destas,⁹⁵ o processo de disciplinamento da vida instituído na emergência do capitalismo foi correlato necessário, em verdade foi condição material e genealógica, da emergência da economia política como ciência humana e do trabalho como objeto recortável, visível e dizível, da realidade. A metafísica do trabalho que Foucault apontava como tentação que acompanha as modernas positividades científicas da economia política, calcada no trabalho enquanto “transcendental objetivo”, seria fruto das relações de poder que, genealogicamente, produziram o trabalho enquanto trabalho. É de se compreender, portanto, a aversão foucaultiana ao tema do trabalho como conceito “trans-histórico”, “essência humana”, “universal antropológico”, visto que fazer essa proposição, mesmo se em intenção liberatória (“liberação do trabalho pelo trabalho”),⁹⁶ seria repetir como dado transcendental a-histórico algo que depende fundamentalmente do solo arqueogenealógico da modernidade. As posições genericamente caracterizadas por

⁹¹ Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, p. 124, grifo nosso.

⁹² Foucault, *A Sociedade Punitiva*, p. 251.

⁹³ Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, p. 121.

⁹⁴ Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, p. 125.

⁹⁵ Foucault, *Poder e Saber*, p. 227.

⁹⁶ Foucault, *As Palavras e as Coisas*, p. 333.

Foucault como neo-hegelianas e marxistas repetiriam, contra a modernidade capitalista, algo que lhe pertence de pleno direito.

4. Trabalho e população

Na segunda metade dos anos 1970, com a publicação de *A Vontade de Saber* (primeiro volume da *História da Sexualidade*, em 1976) e, principalmente, com os cursos *Segurança, Território, População* (1977-8) e *Nascimento da Biopolítica* (1978-9), o trabalho não aparecerá mais de modo tão direto e explícito dentre as preocupações foucaultianas. Ele será, entretanto, objeto lateral e secundário, da problemática da biopolítica das populações e da genealogia da governamentalidade moderna. Se na seção anterior falamos, principalmente, sobre a anátomo-política do corpo humano, do poder disciplinar que produz o corpo como portador de força de trabalho disponível e sequestrável, agora se trata do outro aspecto do poder moderno, a biopolítica das populações.⁹⁷

A população se constitui aos poucos, na história das técnicas de poder modernas, tanto como objeto quanto como sujeito do saber, contexto em que será central o surgimento da estatística, entendida precisamente, como indica sua etimologia, como saber de Estado, ciência do Estado e seus elementos constituintes.⁹⁸ Foucault discute diferentes formas pela qual passará essa razão de Estado, essa razão governamental moderna. Primeiramente, ela se apresenta como “polícia”, no sentido preciso que a palavra tinha ainda no século XVII e XVIII, o de ser um complexo de saber e poder destinado a aumentar as forças do Estado.⁹⁹ Dentre essas forças está, justamente, o trabalho. O “verdadeiro objeto da polícia” é o homem, e “um homem vivo, ativo e produtivo”, “homens, seres que vivem, trabalham e comerciam”, não mais apenas em função de seu status jurídico, como era o caso na anterior razão soberana.¹⁰⁰ E, se o homem se tornou possível como objeto das ciências, das “ciências humanas” ou “ciências do homem”, a razão disso está do lado dessas tecnologias políticas.¹⁰¹

O que caracteriza um Estado de polícia é que aquilo que lhe interessa é o que os homens fazem, é sua atividade, é sua ‘ocupação’. O objetivo da polícia é, portanto, o controle e a responsabilidade pela atividade dos homens na medida em que essa atividade possa constituir um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado.¹⁰²

E aqui se repetem os temas, enquanto objetivos da polícia, do proibir a vagabundagem e a ociosidade, do impedimento de que operários qualificados possam deixar o lugar em que trabalham ou deixar seus reinos, do fato de que todos que possam trabalhar efetivamente trabalharemos, ao mesmo tempo em que o Estado provê unicamente àqueles pobres inválidos. Além disso, e isso é fundamental para o entendimento do trabalho moderno, a polícia, e depois a governamentalidade,

⁹⁷ Foucault, *A História da Sexualidade 1*, p. 150.

⁹⁸ Foucault, *Segurança, Território, População*, p. 422.

⁹⁹ Foucault, *Segurança, Território, População*, p. 419.

¹⁰⁰ Foucault, *A Tecnologia Política dos Indivíduos*, pp. 311-312.

¹⁰¹ Foucault, *A Tecnologia Política dos Indivíduos*, p. 318.

¹⁰² Foucault, *Segurança, Território, População*, p. 431.

terão como objetivo fazer com que as forças do Estado, o trabalho e a vida, a atividade da população, produza para além do nível de subsistência, indo do "viver" ao "mais que viver", sendo esse *surplus* o que garantiria o crescimento e a garantia das forças do Estado.¹⁰³ Por fim, a polícia encontraria sua finalidade exatamente na "organização das relações entre uma população e uma produção de mercadorias".¹⁰⁴

O trabalho, desse modo, com o desenvolvimento da polícia e então da governamentalidade moderna, irá aparecer como fato de população. É sintomático que Foucault chame atenção, em diferentes momentos, que a população, objeto do governo e sujeito biopolítico, é inseparável da questão do trabalho. Entre população e trabalho, na governamentalidade moderna, a relação é analítica: "Uma das grandes novidades das técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da 'população', como problema econômico e político: população-riqueza, população mão de obra ou capacidade de trabalho,"¹⁰⁵ "quando os economistas colocavam o problema em termos de riqueza (população-riqueza, porque mão de obra, fonte de atividade econômica, consumo; e população-pobreza, porque excedente ou ociosa), ele coloca a questão em termos de poder: a população como alvo de relações de domínio".¹⁰⁶

O problema da transformação do corpo em força de trabalho, do tempo de vida em tempo de trabalho, é, nessa fase da pesquisa foucaultiana, levado a um novo patamar, o do governo biopolítico das populações. O trabalho é então, de certo modo, subsumido pelo problema da vida, e aqui vemos como a noção de Vida, o transcendental objetivo do saber biológico que Foucault descobrira em *As Palavras e as Coisas*, é aqui tornado contíguo ao transcendental objetivo do Trabalho. A polícia e a governamentalidade tratarão da população enquanto produtiva em um sentido amplo, não apenas nos processos tradicionais de trabalho, na agricultura ou na fábrica industrial. Como coloca Chignola, esse processo é inseparável da emergência das relações de produção capitalistas:

o problema decisivo da gênese do capitalismo coincide com a transformação/constituição da vida em força de trabalho. O que Foucault estabelece como objetivo de pesquisa é o processo complexo de fabricação da força de trabalho como disposição subjetiva objetivamente uniformizada pelas condições de produção.¹⁰⁷

O biopoder, embora contenha em seu nome a preocupação central com a Vida, com o humano enquanto espécie, é inseparável da problemática do trabalho, exatamente por ter como objetivo a transformação da vida em trabalho, e da produção estatística, a nível populacional, das condições de possibilidade subjetivas e objetivas que produzam e mantenham uma população, justamente, de trabalhadores (o mais ativos e produtivos o possível). O próprio Foucault atenta: o capitalismo só pôde se desenvolver "à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos".¹⁰⁸ Ou seja, a polícia, o biopoder, a governamentalidade,

¹⁰³ Foucault, *Segurança, Território, População*, pp. 434-437.

¹⁰⁴ Foucault, *Segurança, Território, População*, p. 453.

¹⁰⁵ Foucault, *A História da Sexualidade 1*, p. 28.

¹⁰⁶ Foucault, *O Olho do Poder*, p. 112.

¹⁰⁷ Chignola, *Foucault e a política dos governados*, pp. 132-133.

¹⁰⁸ Foucault, *A História da Sexualidade 1*, pp. 151-152.

trabalhadores a utilizar seus recursos deste ou daquele modo, de trabalhar deste ou daquele modo.

O problema da reintrodução do trabalho no campo da análise econômica não consiste em se perguntar a quanto se compra trabalho, ou o que é que ele produz tecnicamente, ou qual valor trabalho acrescenta. O problema fundamental, essencial, em todo caso primeiro, que se colocará a partir do momento em que se pretenderá fazer a análise do trabalho em termos econômicos será saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe. Ou seja, será necessário, para introduzir o trabalho no campo da análise econômica, situar-se do ponto de vista de quem trabalha; será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha. O que é trabalhar, para quem trabalha, e a que sistema de opção, a que sistema de racionalidade essa atividade de trabalho obedece? [...] Situar-se, portanto, do ponto de vista do trabalhador e fazer, pela primeira vez, que o trabalhador seja, na análise econômica, não um objeto, objeto de uma oferta e de uma procura na forma de força de trabalho, mas um sujeito econômico ativo.¹¹³

Essa centralidade que o trabalho teria, no pensamento neoliberal, entretanto, se constitui em radical ruptura com como o trabalho era tradicionalmente entendido na economia clássica. O trabalho não é mais, para os neoliberais, força de trabalho alienável no mercado por um salário, tempo de trabalho "alugável" por um empregador, mas é uma disposição comportamental, uma conduta, que faz com que o sujeito trabalhador decida como gerir seus recursos objetivos e subjetivos, seu *capital*, seu *capital humano*. O capital humano é o conjunto de capacidades, qualidades, saberes, *know-how*, conhecimentos, o conjunto das atividades, em sua virtualidade, que um sujeito possui para poder realizar um empreendimento econômico qualquer. Daí se depreende o fato de que, para o neoliberalismo, o modelo tradicional do trabalho não é o empregado assalariado, mas o empresário de si mesmo, visto que todo aquele sujeito que trabalha é alguém que deve gerir seus recursos, incluindo seu capital humano, que lhe é inseparável, numa sociedade de mercado concorrencial.¹¹⁴ A própria definição de salário é transformada: para os neoliberais, "salário" é qualquer renda monetária que um sujeito que trabalha, que *empreende*, adquire em troca do modo em que ele realiza sua atividade a partir da utilização de seu capital humano. Foucault demonstra como a teoria neoliberal do trabalho é na verdade a sua decomposição em, por um lado, capital, constituído pelas suas capacidades, e, por outro, renda, constituída pela retribuição monetária de seu empreendimento.¹¹⁵ O próprio trabalho é concebido à imagem do capital, em uma reviravolta teórica que é, em

¹¹³ Foucault, *O Nascimento da Biopolítica*, pp. 307-308.

¹¹⁴ Foucault, *O Nascimento da Biopolítica*, p. 161. Para Foucault, enquanto o liberalismo clássico tinha na troca a essência do mercado, o neoliberalismo a terá na concorrência. Lembremos do papel da troca como mediadora das necessidades em Smith. Quando a essência do mercado, em que se realiza o trabalho/empreendimento e seu produto, é a concorrência, pode-se concluir que o antagonismo ou a relação de inimizade passa a ser intrínseca à própria experiência do trabalho. O outro deixa de ser aquele, igual, com o qual eu troco os produtos do meu trabalho, mas se torna empresa concorrente. É de se especular o quanto essa mutação do mercado de trabalho não é correlata das emergências contemporâneas de tipo neofascista, principalmente em tempos de crise. "Farinha pouca, meu pirão primeiro", já dizia do ditado. Ainda, como atenta a literatura marxista, a decomposição do trabalho em massa fragmentada de empreendedores de si desfaz (ou no mínimo dificulta) a solidariedade ou a unidade de classe que era possível no trabalho disciplinar.

¹¹⁵ Foucault, *O Nascimento da Biopolítica*, pp. 308-309.

verdade, um golpe de gênio.¹¹⁶ Como ele sintetiza: "Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesma."¹¹⁷

O neoliberalismo é, desse modo, o estágio último da governamentalidade moderna, na medida em que o sujeito-objeto população produtiva é agora entendido e gerido como proprietária de capacidades que devem ser geridas e investidas no mercado concorrencial, fazendo ressurgir, sobre novas bases, a figura do *homo oeconomicus*, agora como empresário de si mesmo, "sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda".¹¹⁸ É enquanto sujeito trabalhador, portanto, que aparece o objeto do governo: "*homo oeconomicus* — autêntica *interface* entre individualidade e governo. [...] o *homo oeconomicus* é um referente teórico, mas o homem de carne e osso é aquele que deve ser persuadido a pensar-se como tal e a avaliar suas opções segundo o princípio da maximização da utilidade".¹¹⁹

A investigação foucaultiana sobre o neoliberalismo abriu toda uma série de caminhos de pesquisa, dos quais vale destacar o trabalho de Wendy Brown¹²⁰ e o de Dardot & Laval.¹²¹ A principal via de investigação aqui, e conectando com a empreitada do último Foucault sobre a problemática do sujeito, da produção de subjetividade e dos processos de subjetivação, se mostrou bastante frutífera por demonstrar como os sujeitos trabalhadores, tornados empreendedores de si pela razão neoliberal, se constituem enquanto tal, que era exatamente, segundo Foucault, a preocupação neoliberal quando estes afirmavam que a economia clássica havia neutralizado o trabalho em sua dimensão qualitativa (conduta, comportamento). Aqui não é o caso, entretanto, de adentrar em maiores detalhes estas investigações, visto que, embora partam da pesquisa e de intuições fundamentalmente foucaultianas, somadas às décadas de neoliberalismo realmente existente que se seguiram à morte de Foucault, não constam efetivamente em sua obra.¹²²

¹¹⁶ Essa reviravolta teórica neoliberal (nível do saber) sobre o trabalho será acompanhada por uma reviravolta genealógica nas relações de poder: progressivamente, o formato hegemônico em que se apresenta o fenômeno do "sujeito que trabalha" deixará de ser o do *emprego* formal (CLT) e passará a ser o do contrato como pessoa jurídica (MEI, CNPJ), que tornam infraestrutural, no nível econômico e no nível das relações de poder, a condição do trabalhador enquanto "empreendedor de si mesmo".

¹¹⁷ Foucault, *O Nascimento da Biopolítica*, p. 310.

¹¹⁸ Foucault, *O Nascimento da Biopolítica*, p. 311.

¹¹⁹ Chignola, *Foucault e a política dos governados*, p. 165.

¹²⁰ Brown, *Undoing the Demos*.

¹²¹ Dardot; Laval, *A Nova Razão do Mundo*.

¹²² Sobre a relação entre subjetividade e neoliberalismo com o eixo geral do trabalho, refiro às pesquisas de Kelly, *The Self as Enterprise*; Rossi, *The Labour of Subjectivity*; Hofmeyr, *Foucault and Governmentality*. É interessante pensar, também, como a pesquisa sobre o cuidado e as técnicas de si gregos, pesquisas do último Foucault (*História da sexualidade 3*), podem ser conectadas, ao contrário do que era a sua intenção, com a emergência de uma ética pessoal de inspiração estoica em círculos ideológicos e de poder neoliberais. (cf. Sousa; Chamorro, *Del startupper de sí al "rey filósofo"*).

Conclusão: o que Foucault nos ensina sobre o trabalho?

No verbete "Foucault" de um dicionário de filósofos, escrito pelo próprio autor e publicado sob pseudônimo, Foucault, fazendo uma leitura retrospectiva da própria obra, afirma que sempre se interessara pela questão dos "jogos de verdade" em que se constituem, num campo de interação, a objetivação e a subjetivação, o tornar-se possível, recortável, identificável, um determinado objeto e um determinado sujeito. O solo em que se efetua esse jogo de verdade constitui o "a priori histórico" que torna possível a emergência dos objetos e sujeitos, e é o objeto de estudo da "arqueologia do saber". Ele salienta, porém, que seu interesse não era por todo e qualquer "jogo de verdade", mas apenas por aqueles em que "o próprio sujeito é colocado como objeto de saber possível: quais são os processos de subjetivação e de objetivação que fazem com que o sujeito possa se tornar, na qualidade de sujeito, objeto de conhecimento".¹²³

Esse caminho de pesquisa, desse modo, é o que nos parece tornar possível a identificação do que seria uma teoria do trabalho que atravessa a obra de Foucault e que é depreensível dos diversos momentos em que a questão aparece em seus textos e cursos. A questão de saber como o trabalho aparece como objeto do saber é inseparável da questão de como algo como um sujeito trabalhador, um sujeito que trabalha, aparece na história. Negando todo "universal antropológico", Foucault não se contenta com qualquer explicação do trabalho genérica, do tipo "metabolismo com a natureza", do tipo "natureza" ou "essência" humana, do tipo "universal antropológico". Ainda que uma noção desse tipo aponte para algo da realidade, entendendo o trabalho como a capacidade humana de transformar a natureza para produção de meios de reprodução da vida e da sociedade, além da produção de mercadorias e produtos, de riqueza, Foucault está muito mais interessado em entender como o trabalho se constitui efetivamente como objeto de saber e como sujeito da experiência, através das redes arqueológicas que definem as condições de possibilidade do conhecimento e da ciência, e através dos dispositivos, técnicas e relações de poder que fazem com que o trabalho apareça, de forma historicamente situada, como aquilo que o sujeito é e faz. Daí a polêmica foucaultiana com as posições vagamente humanistas, marxistas e (neo-)hegelianas que acabariam por partir do trabalho como um dado ao invés de investigar, justamente, como algo como o trabalho pode existir objetiva e subjetivamente.

Como vimos, Foucault elabora dois olhares retrospectivos sobre sua própria obra. Em sua fase genealógica, em que a preocupação central é o poder, ele remete as pesquisas sobre as *epistemes* e o discurso à problemática, mais determinante, das relações de poder e às relações deste com o saber. Desse modo, podemos dizer que se o trabalho aparece como "essência" humana na modernidade capitalista, se ele aparece como transcendental objetivo que fundamenta a ciência positiva da economia política e, no mesmo movimento, abre a tentação de uma metafísica do trabalho, isso ocorre por causa de uma série de mecanismos de poder e de dispositivos disciplinares que tiveram como objetivo estratégico a redução da multiplicidade da experiência humana (a festa, a preguiça, o nomadismo etc.) à homogeneidade linear da produção; dispositivos e técnicas de poder que tiveram, e

¹²³ Foucault, *Foucault*, pp. 235-236.

fundo configurado pela abundância? Qual o papel dos processos de subjetivação em recusa do trabalho na construção desse mundo? Como o próprio Foucault intui, entretanto, o trabalho emerge com o complexo de saber-poder que é a economia política capitalista, o que indica que um mundo pós-trabalho precisaria, também, ser pós-capitalista.

- FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos VI: repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. pp. 1-24.
- FOUCAULT, Michel. O olho do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos VI: repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b. pp. 107-125.
- FOUCAULT, Michel. The mesh of power. Trad. Christopher Chitty. *Viewpoint Magazine*, 12 set. 2012. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2012/09/12/the-mesh-of-power/>. Acesso em: 17 maio 2026.
- FOUCAULT, Michel. *A sociedade punitiva: curso no Collège de France (1972-1973)*. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura: na Idade Clássica*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2025.
- GARO, Isabelle. *Foucault, Deleuze, Althusser & Marx: la politique dans la philosophie*. Paris: Demopolis, 2011.
- HOFMEYR, Benda. *Foucault and governmentality: living to work in the age of control*. London: Rowman & Littlefield International, 2015.
- KELLY, Peter. *The self as enterprise: Foucault and the spirit of 21st century capitalism*. Farnham: Gower, 2013.
- MACHEREY, Pierre. The productive subject. *Viewpoint Magazine*, 31 out. 2015. Disponível em: <https://viewpointmag.com/2015/10/31/the-productive-subject/>. Acesso em: 7 maio 2026.
- RAMMINGER, Tatiana; NARDI, Henrique Caetano. Subjetividade e trabalho: algumas contribuições conceituais de Michel Foucault. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 12, n. 25, pp. 339-346, abr./jun. 2008.
- ROSSI, Andrea. *The labour of subjectivity: Foucault on biopolitics, economy, critique*. London: Rowman & Littlefield International, 2016.
- SILVA, Rafael Bianchi; DIAS, Daniela Midori Taguchi. Da disciplina ao controle: breve análise das formas de dominação do trabalho na contemporaneidade. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 18, n. 209, pp. 12-22, 2018.
- SOUSA, Juan Horacio de Freitas de; CHAMORRO, Emmanuel. Del startupper de sí al "rey filósofo": un análisis de la intersección entre neoliberalismo y estoicismo moderno. *Andamios*, v. 21, n. 56, pp. 37-68, set./dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.29092/uacm.v21i56.1121>.